

Poder Executivo

Prefeito **GERALDO JULIO DE MELLO FILHO**

LEI Nº 18.291 /2016

DISPÕE SOBRE A ADEQUAÇÃO DA ESTRUTURA DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA DO MUNICÍPIO DO RECIFE ÀS NOVAS DIRETRIZES ADMINISTRATIVAS.

O POVO DA CIDADE DO RECIFE, POR SEUS REPRESENTANTES, DECRETOU, E EU, EM SEU NOME, SANCIONO A SEGUINTE LEI:

CAPÍTULO I
DA ESTRUTURA DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA

Art. 1º - Os órgãos da Administração Direta passam a ter as seguintes denominações:
I - Secretarias:
a) Secretaria de Finanças;
b) Secretaria de Planejamento, Administração e Gestão de Pessoas;
c) Secretaria de Governo e Participação Social;
d) Secretaria de Saúde;
e) Secretaria de Educação;
f) Secretaria de Segurança Urbana;
g) Secretaria de Desenvolvimento Social, Juventude, Políticas sobre Drogas e Direitos Humanos;
h) Secretaria da Mulher;
i) Secretaria de Cultura;
j) Secretaria de Planejamento Urbano;
k) Secretaria de Turismo, Esportes e Lazer;
l) Secretaria de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente;
m) Secretaria de Mobilidade e Controle Urbano;
n) Secretaria de Infraestrutura e Habitação;
o) Secretaria de Saneamento.
II - Órgãos de caráter permanente próprios de Estado:
a) Controladoria Geral do Município;
b) Procuradoria Geral do Município.
III - Órgãos de Assessoramento Imediato:
a) Gabinete do Prefeito;
b) Gabinete do Vice-Prefeito;
c) Gabinete de Projetos Especiais;
d) Gabinete de Imprensa;
e) Assessoria Especial;
f) Representação em Brasília e Relações Internacionais;
§ 1º Fica a Secretaria de Assuntos Jurídicos (SAJ) incorporada à Procuradoria-Geral do Município (PGM), criada pela Lei nº. 14.952, de 8 de maio de 1987, ficando, por consequência, todas as atribuições e competências daquela Secretaria incorporadas à Procuradoria-Geral do Município.
§ 2º Compete ao Procurador-Geral do Município, além das suas regulares atribuições e competências, também as atribuições, competências e representações do cargo de Secretário de Assuntos Jurídicos, ora extinto.
§ 3º Todos os demais órgãos, comissões, cargos e funções da Secretaria de Assuntos Jurídicos, ora extinta, com suas respectivas competências, atribuições e remunerações, passam a integrar a estrutura da Procuradoria-Geral do Município, com a preservação dos regimes jurídicos em vigor, notadamente as atribuições especificadas no art. 9º da Lei nº 17.108/2005.
§ 4º O Procurador-Geral do Município é a autoridade de maior nível hierárquico na Procuradoria-Geral do Município do Recife, de livre nomeação e exoneração pelo Chefe do Poder Executivo, dentre advogados maiores de trinta e cinco anos de idade, de notável saber jurídico e reputação ilibada, com mais de dez anos de efetiva atividade profissional.
§ 5º O Procurador-Geral do Município e o Controlador Geral do Município terão as mesmas prerrogativas de Secretário Municipal, merecendo o tratamento a este concedido, e serão substituídos, em suas ausências ou impedimentos, por auxiliar designado pelo Prefeito.

CAPÍTULO II
DA ESTRUTURA DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA

Art. 2º - Para executar diretamente as atividades públicas de sua competência, o Poder Executivo tem a seguinte estrutura descentralizada:
I - Secretaria de Planejamento e Gestão de Pessoas;
1. Autarquia - AUTARQUIA MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA À SAÚDE DOS SERVIDORES.
II - Secretaria de Cultura:
1. Fundação Pública - FCCR - FUNDAÇÃO DE CULTURA DA CIDADE DO RECIFE.
III - Secretaria de Finanças:
1. Empresa Pública - EMPREL - EMPRESA MUNICIPAL DE INFORMÁTICA;
2. Empresa Pública - RECD A - COMPANHIA RECIFE DE DESENVOLVIMENTO E MOBILIZAÇÃO DE ATIVOS.
IV - Secretaria de Infraestrutura e Habitação:
1. Autarquia - URB RECIFE - AUTARQUIA DE URBANIZAÇÃO DO RECIFE;
2. Autarquia - EMLURB - AUTARQUIA DE MANUTENÇÃO E LIMPEZA URBANA.
V - Secretaria de Mobilidade e Controle Urbano:
1. Autarquia - CTTU - AUTARQUIA DE TRÂNSITO E TRANSPORTE URBANO DO RECIFE;
2. Autarquia - CSURB - AUTARQUIA DE SERVIÇOS URBANOS DO RECIFE.

SEÇÃO I
DA EXTINÇÃO DE ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA

Art. 3º - Ficam extintas as seguintes entidades da Administração Pública Indireta:
I - Administração do Ginásio de Esportes Geraldo Magalhães - AGEGM, autarquia criada pela Lei Municipal nº 10.275, de 18 de agosto de 1970, com estrutura e atribuições reguladas pela Lei nº 17.108, de 27 de julho de 2005, alterada pela Lei nº 17.160, de 28 de dezembro de 2005.
II - Instituto de Assistência Social e Cidadania - IASC, autarquia especializada criada pela Lei Municipal nº 16.845, de 31 de janeiro de 2003, com alterações posteriores introduzidas pelas Leis Municipais nºs 17.182, de 13 de janeiro de 2006 e 17.562, de 27 de julho de 2009.
III - Autarquia de Saneamento do Recife - SANEAR, autarquia criada pela Lei Municipal nº 17.104, de 13 de julho de 2005.

Art. 4º - As seguintes secretarias absorverão integralmente as atribuições institucionais, os programas, os projetos e as atividades que vinham sendo desenvolvidas pelas autarquias municipais ora extintas:
I - A Secretaria de Desenvolvimento Social, Juventude e Direitos Humanos absorverá o extinto IASC - INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA;
II - A Secretaria de Turismo, Esportes e Lazer absorverá o AGEGM - ADMINISTRAÇÃO DO GINÁSIO DE ESPORTES GERALDO MAGALHÃES;
III - A Secretaria de Saneamento absorverá a SANEAR - AUTARQUIA DE SANEAMENTO DO RECIFE

SUBSEÇÃO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 5º - O acervo de bens móveis e imóveis, bem como o saldo de materiais eventualmente existentes em estoque no almoxarifado e demais direitos de propriedade das autarquias extintas, serão incorporados ao patrimônio do município do Recife nas respectivas Secretarias que absorverão as suas atribuições institucionais, conforme o art. 4º.

Art. 6º - Os quadros de pessoal até então vinculados às autarquias, ora extintas, ficam transferidos com seus respectivos cargos, atribuições, vencimentos e carga horária para Administração Direta, com lotação nas respectivas Secretarias que absorverão as suas atribuições institucionais, conforme o art. 4º.
§ 1º Os vencimentos atualmente percebidos pelos servidores de que trata o caput deste artigo são irredutíveis, ficando garantidos todos os direitos e vantagens pessoais até então adquiridos e usufruídos por força da legislação municipal e de decisões judiciais transitadas em julgado.
§ 2º Os vencimentos dos servidores transferidos para o Quadro de Pessoal Permanente do Município do Recife, na forma desta Lei, serão reajustados de conformidade com os critérios estabelecidos pela política salarial do Poder Executivo Municipal.
§ 3º Os advogados das extintas autarquias serão redistribuídos por ato do Chefe do Poder Executivo em outras entidades da administração indireta, respeitadas as atribuições privativas da Procuradoria Geral do Município.

Art. 7º - O município do Recife sucederá as autarquias extintas em todos os seus direitos, créditos e obrigações, decorrentes de lei, decisão judicial, ato administrativo, acordo, contrato, convênio ou termo de cooperação, inclusive nas respectivas receitas, que passarão a ser recolhidas à conta do Tesouro Municipal.
Parágrafo único. A Procuradoria Geral do Município procederá à adaptação dos instrumentos contratuais de que trata o caput deste artigo, adequando-os aos preceitos legais que regem a presença do município do Recife como parte integrante.

Art. 8º - O Chefe do Poder Executivo fica autorizado a remanejar as dotações orçamentárias das autarquias extintas por esta Lei para as respectivas secretarias que absorverão as suas atribuições institucionais, conforme art. 4º, observado o limite das dotações aprovadas na pertinente Lei Orçamentária para 2017.

Art. 9º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a praticar as medidas transitórias necessárias à extinção das autarquias objeto do artigo 3º da presente Lei.

SEÇÃO II
DA TRANSFORMAÇÃO DE EMPRESAS PÚBLICAS E SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA EM AUTARQUIAS

Art. 10 - Ficam transformadas em autarquias as seguintes entidades integrantes da Administração Pública Indireta:
I - Empresa de Urbanização do Recife - URB RECIFE, empresa pública criada mediante autorização contida na Lei Municipal nº 10.930, de 07 de fevereiro de 1973;
II - Empresa de Manutenção e Limpeza Urbana - EMLURB, empresa pública criada mediante autorização contida na Lei Municipal nº 13.535, de 26 de abril de 1979;
III - Companhia de Serviços Urbanos do Recife - CSURB, sociedade de economia mista criada mediante autorização contida na Lei Municipal nº 16.007, de 27 de janeiro de 1995;
IV - Companhia de Trânsito e Transporte Urbano do Recife - CTTU, sociedade de economia mista criada mediante autorização contida na Lei Municipal nº 16.534, de 24 de novembro de 1999.

SUBSEÇÃO
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 11 - As novas autarquias previstas no art. 10, reger-se-ão por esta Lei e por seus respectivos Regimentos Internos, observado o seguinte:
I - seus atos possuem natureza jurídica de ato administrativo, e gozam da presunção de legitimidade, imperatividade e autoexecutoriedade;
II - suas licitações e contratos administrativos subordinam-se ao regime da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e respectivas alterações;
III - seus bens são inalienáveis e imprescritíveis, enquanto afetados à realização de serviços públicos;
IV - sua responsabilidade civil será objetiva na ação e subjetiva na omissão;
V - o município do Recife terá responsabilidade subsidiária no caso de insuficiência de recursos;
VI - tratamento equivalente à Fazenda Pública quanto à imunidade recíproca com os demais entes federativos, relativo a impostos sobre patrimônio, renda ou serviços, à impenhorabilidade de seus bens, rendas e serviços, prerrogativas processuais em razão do foro, prazos e custas assim como ao regime de precatórios.

Art. 12 - O Presidente, os Diretores e os demais ocupantes de cargos comissionados e funções gratificadas das autarquias são de livre nomeação e exoneração privativas do Chefe do Poder Executivo.

Art. 13 - Caberá ao Poder Executivo, mediante decreto, aprovar o Regimento Interno de cada autarquia, fixando-lhe a estrutura organizacional, as atribuições e competências de suas unidades administrativas, bem como o elenco de cargos comissionados e funções gratificadas.

Art. 14 - As autarquias que sucederem as entidades transformadas absorverão todo o ativo e o passivo das mesmas, ficando subrogadas nos direitos, obrigações, convênios, acordos, contratos e demais instrumentos legais firmados até então por estas últimas, assim como nas respectivas dotações orçamentárias.

Art. 15 - Os empregados públicos oriundos dos quadros de pessoal das entidades transformadas continuarão a exercer suas atividades nas novas autarquias correspondentes, ficando preservado o regime jurídico celetista e assegurados todos os direitos e vantagens até então adquiridos e usufruídos por força da legislação trabalhista, da legislação municipal, de resoluções e regulamentos das respectivas entidades de origem, de acordos coletivos de trabalho e de decisões judiciais transitadas em julgado.

Art. 16 - A fixação e a organização dos quadros de pessoal das autarquias, bem como a criação e a ocupação de cargos públicos de provimento efetivo, serão precedidas de lei específica e dependerá de prévia aprovação em concurso público, submetendo-se ao regime jurídico estatutário.

Art. 17 - As atividades das autarquias devem guardar compatibilização técnica com as ações dos órgãos e entidades da administração direta e indireta da Prefeitura do Recife, a fim de atender às diretrizes gerais fixadas pelo Chefe do Poder Executivo.

Art. 18 - Para o pleno desempenho de suas finalidades, as autarquias poderão celebrar contratos, convênios ou acordos de cooperação com instituições públicas ou privadas, que visem o desenvolvimento de estudos, afetos as suas áreas, articulando-os às secretarias e aos demais órgãos e entidades da municipalidade.

Art. 19 - As autarquias poderão desenvolver programas, projetos e obras em regime de parceria com a iniciativa privada, respeitada a legislação pertinente às Concessões Públicas e de Parcerias Público-Privadas, visando desenvolvimento de ações, no âmbito de suas competências.

Art. 20 - Observada a legislação vigente, as autarquias poderão pleitear a obtenção de financiamentos ou operações de crédito, nacionais ou internacionais, elaborando os estudos de viabilidade necessários, submetendo-os à prévia apreciação do órgão controlador da política financeira do município e à aprovação do Prefeito, visando, sempre, ao cumprimento dos programas relativos às suas finalidades.

Art. 21 - Fica o Poder Executivo autorizado a praticar as medidas transitórias necessárias à transformação de empresas públicas e sociedades de economia mista em autarquias, objeto da presente Lei, inclusive regulamentando a forma e os prazos para o seu fiel cumprimento.

SUBSEÇÃO II
DAS COMPETÊNCIAS DA AUTARQUIA DE URBANIZAÇÃO DO RECIFE - URB RECIFE

Art. 22 - Compete à Autarquia de Urbanização do Recife - URB RECIFE:
I - promover estudos, planos e projetos de urbanização e de prestação de serviços públicos relacionados com os seus fins sociais, respeitadas as diretrizes emanadas da Secretaria de Infraestrutura e Habitação;
II - elaborar cartas-consulta e/ou projetos para captação de recursos junto ao Orçamento Geral da União e às operações de crédito, sobretudo, aqueles destinados à implantação de planos urbanísticos, de redes de infraestrutura e de equipamentos públicos, articulando-se para tal fim com a Secretaria de Planejamento, Administração e Gestão de Pessoas;
III - executar de forma indireta, as obras de interesse do Poder Executivo Municipal, ressaltando aquelas de urbanização integrada, habitação e redes de infraestrutura e/ou equipamentos públicos, e sua fiscalização;
IV - apoiar tecnicamente as secretarias municipais, sobretudo a Secretaria de Infraestrutura e Habitação, bem como outros órgãos e entidades da municipalidade, quando necessário;
V - executar, quando delegado pelo Chefe do Poder Executivo, programas de desapropriação e de regularização fundiária, observando as diretrizes estabelecidas pela Procuradoria Geral do Município.

SUBSEÇÃO III
DAS COMPETÊNCIAS DA AUTARQUIA DE MANUTENÇÃO E LIMPEZA URBANA - EMLURB

Art. 23 - Compete à Autarquia de Manutenção e Limpeza Urbana - EMLURB:
I - promover estudos e projetos de prestação de serviços públicos relacionados com os seus fins sociais, respeitadas as diretrizes emanadas da Secretaria Infraestrutura e Habitação;
II - viabilizar a elaboração de projetos para obtenção de recursos através do Orçamento Geral da União e de operações de crédito, articulando-se para tal fim com a Secretaria de Planejamento, Administração e Gestão de Pessoas.
III - planejar, supervisionar e controlar a execução dos programas de obras e serviços públicos de restauração e manutenção da municipalidade e seus respectivos projetos;
IV - planejar, supervisionar e controlar a execução ou executar diretamente as obras e serviços de vistorias, de restauração e manutenção dos sistemas viários e de drenagem urbana, compreendendo faixas de rolamento, pavimentos, passeios públicos, obras de artes, canais, canaletas e galerias;
V - planejar, supervisionar e controlar a execução ou executar diretamente obras e serviços de arborização, restauração, manutenção e administração dos logradouros, praças, parques e áreas verdes da cidade do Recife;
VI - planejar, supervisionar e controlar a execução ou executar diretamente obras e serviços de restauração, manutenção e administração das necrópoles municipais;
VII - planejar, supervisionar e controlar a execução ou executar diretamente obras e serviços de restauração, manutenção e ampliação do sistema de iluminação pública;
VIII - planejar, supervisionar, controlar e operar os serviços de limpeza urbana no município do Recife, compreendendo coleta, transporte, tratamento e destinação final do lixo urbano;
IX - planejar, ordenar, supervisionar e coordenar os serviços de coleta seletiva no município do Recife, compreendendo coleta, transporte, classificação e destinação final dos materiais recicláveis;
X - desenvolver pesquisas para novos materiais, produtos e serviços empregados na execução dos serviços públicos da municipalidade visando ao estabelecimento dos custos unitários dos materiais e de mão de obra utilizados na execução dos projetos, construções e serviços;
XI - desenvolver, coordenar e monitorar o Plano Diretor de Drenagem em parceria com os demais órgãos e entidades da municipalidade;
XII - apoiar tecnicamente as secretarias municipais, sobretudo a Secretaria de Infraestrutura e habitação, bem como outros órgãos e entidades da municipalidade, quando necessário;

SUBSEÇÃO I
DAS COMPETÊNCIAS DA AUTARQUIA DE SERVIÇOS URBANOS DO RECIFE - CSURB

Art. 24 - Compete à Autarquia de Serviços Urbanos do Recife - CSURB:
I - promover e elaborar estudos e projetos de prestação de serviços públicos;
II - executar a administração dos mercados públicos municipais e a organização, fiscalização e regulamentação das feiras livres da cidade;
III - viabilizar as atividades ligadas à produção, à comercialização e ao consumo de alimentos;
IV - disciplinar e garantir a comercialização de alimentos na via urbana, bem como a qualidade e segurança dos serviços prestados;
V - estimular as ações intersetoriais com vistas ao acesso universal à distribuição e ao consumo.

SUBSEÇÃO V
DAS COMPETÊNCIAS DA AUTARQUIA DE TRÂNSITO E TRANSPORTE URBANO DO RECIFE - CTTU

Art. 25 - Ficam outorgados à Autarquia de Trânsito e Transporte Urbano do Recife - CTTU as competências e atribuições próprias do Poder Público, nos termos do Código de Trânsito Brasileiro - CTB (Lei Federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, e suas alterações), notadamente as seguintes:
I - cumprir e fazer cumprir a legislação e as normas setoriais de trânsito e transporte, no âmbito de sua atribuição funcional;
II - planejar, projetar, regulamentar e operar o trânsito de veículos, de pedestres e de animais, e promover o desenvolvimento da circulação e da segurança de ciclistas;
III - implantar, manter e operar o sistema de sinalização, os dispositivos e os equipamentos de controle viário;
IV - coletar dados estatísticos e elaborar estudos sobre os acidentes de trânsito e suas causas;
V - estabelecer, em conjunto com os órgãos de polícia ostensiva de trânsito, as diretrizes para o policiamento ostensivo de trânsito;
VI - executar a fiscalização de trânsito, autuar e aplicar as medidas administrativas cabíveis por infrações de circulação, estacionamento e parada previstas no Código de Trânsito Brasileiro - CTB, no exercício regular do Poder de Polícia de Trânsito;
VII - aplicar as penalidades de advertência por escrito e multa, por infrações de circulação, estacionamento e parada previstas no Código de Trânsito Brasileiro - CTB, notificando os infratores e arrecadando as multas que aplicar;
VIII - fiscalizar o cumprimento da norma contida no Art. 95 do Código de Trânsito Brasileiro - CTB, aplicando as penalidades e arrecadando as multas nele previstas;
IX - implantar, manter e operar sistema de estacionamento rotativo pago nas vias;
X - arrecadar valores provenientes de estada e remoção de veículos e objetos, e escolha de veículos de cargas superdimensionadas ou perigosas;
XI - credenciar os serviços de escolta, fiscalizar e adotar medidas de segurança relativas aos serviços de remoção de veículos, escolta e transporte de carga indivisível;
XII - analisar o impacto sobre o transporte e o trânsito, sob a sua área de influência, dos polos geradores de tráfego, assim considerados os shoppings, supermercados, escolas, igrejas e congêneres, para que obtenham o respectivo licenciamento do órgão competente, nos termos previstos no Código de Trânsito Brasileiro - CTB;
XIII - integrar-se a outros órgãos e entidades do Sistema Nacional de Trânsito para fins de arrecadação e compensação de multas impostas na área de sua competência, com vistas à unificação do licenciamento, à simplificação e à celeridade das transferências de veículos e de prontuários dos condutores de uma para outra unidade da federação;
XIV - implantar as medidas da Política Nacional de Trânsito e do Programa Nacional de Trânsito;
XV - promover e participar de projetos e programas de educação e segurança de trânsito de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN;

XVI - desenvolver, diretamente ou mediante delegação, atividades de planejamento, projetos e consultorias nas áreas de sua atuação, em especial, do trânsito, abrangendo sinalização de vias, engenharia de tráfego, educação de trânsito, controle e análise estatística.

XVII - promover estudos e projetos relativos ao Sistema de Transporte Público de Passageiros do Município do Recife;

XVIII - conferir permissões ou autorizações aos pretendentes a cessionários para operarem, em caráter delegado, os modais de serviços municipais de transporte previstos em lei, exercendo o poder punitivo;

XIX - organizar, fiscalizar e gerenciar o Sistema de Transporte Público de Passageiros do Município do Recife, especialmente os serviços municipais de transporte por táxi e de transportes especiais afetos a sua área de atuação (complementar, fretamento e escolar etc.), exercendo o poder punitivo;

XX - realizar programas de capacitação de pessoal na área de trânsito e transportes, visando o desenvolvimento e aprimoramento de suas ações.

§1º - Fica designado como Autoridade de Trânsito do Município do Recife o Presidente da Autarquia de Trânsito e Transporte Urbano do Recife - CTTU.

§2º - A Autarquia de Trânsito e Transporte Urbano do Recife - CTTU deverá integrar-se ao Sistema Nacional de Trânsito, como órgão executivo de trânsito do município do Recife.

CAPÍTULO III
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 26 - Fica o Poder Executivo autorizado a promover as alterações necessárias no Plano Plurianual, instituído pela Lei nº 18.282 de 19 de dezembro de 2016, quanto aos Programas, Projetos e Atividades a serem adequados à nova estrutura administrativa proposta por esta Lei.

Art. 27 - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito especial no orçamento de 2017, instituído pela Lei Municipal nº 18.281, de 19 de dezembro de 2016, para redistribuição das dotações pertencentes às unidades orçamentárias extintas para as novas unidades orçamentárias instituídas a partir desta lei, na forma prevista no art. 43, § 1º da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e observado os artigos nº 14 a 19 da Lei de Diretrizes Orçamentárias nº 18.237, de 17 de junho de 2016.

Art. 28 - Fica o Poder Executivo autorizado, mediante decreto, a efetuar as adequações necessárias na organização e funcionamento da administração municipal, em decorrência da presente Lei.

Parágrafo único. O Poder Executivo deverá apresentar Projeto de Lei consolidando as competências e atribuições dos órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta, assim como as composições dos fundos orçamentários e conselhos setoriais, com as alterações decorrentes desta Lei.

Art. 29 - O Poder Executivo proporá, no prazo de 180 dias, Plano de Cargos para a Autarquia de Trânsito e Transporte Urbano do Recife.

Art. 30 - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 31 - Esta Lei entrará em vigor a partir de 01 de janeiro de 2017.

Recife, 30 de dezembro de 2016.

GERALDO JULIO DE MELLO FILHO
Prefeito do Recife

Projeto de Lei nº 29/2016 de autoria do Poder Executivo

DECRETO Nº 30.160 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2016.

Dispõe sobre a prorrogação do prazo constante no Decreto nº 29.691, de 22 de junho de 2016, que declara "Situação de Emergência", no Município do Recife, afetado por epidemia de dengue e introdução dos vírus zika e chikungunya (COBRADE - 15.110).

O PREFEITO DA CIDADE DO RECIFE, no uso das atribuições contidas no Artigo 54, IV c/c Art. 149, II da Lei Orgânica Municipal de 04 de abril de 1990, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.340, de 1º de dezembro de 2010, na Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012, na Lei nº, 12.983, de 02 de junho de 2014, no Decreto nº 7.257, de 4 de agosto de 2010, e na Instrução Normativa nº 001, de 24 de agosto de 2012, do Ministério da Integração Nacional, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil.

CONSIDERANDO o estado de emergência em saúde pública decretado pelo Ministério da Saúde, através da Portaria nº 1.813, de 11 de novembro de 2015, que declarou situação de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional por alteração do padrão de ocorrência de microcefalia no Brasil;

CONSIDERANDO a permanência da situação emergencial no Município do Recife, decorrente da circulação dos quatro sorotipos da dengue, além do vírus zika e chikungunya, todos transmitidos pelo mosquito Aedes aegypti;

CONSIDERANDO a necessidade de continuar as ações de mobilização da sociedade, serviços de saúde e setores envolvidos na redução dos índices de infestação do Aedes aegypti e na melhoria das condições socioambientais e de saneamento que favorecem a sua permanência;

CONSIDERANDO a necessidade de manter e fortalecer as ações para redução da incidência e da gravidade de casos das arboviroses num cenário de propagação de possível epidemia;

CONSIDERANDO a ocorrência de casos novos de microcefalia, embora em menores proporções, fazendo-se necessários a continuidade e o fortalecimento de ações para redução dos danos às gestantes, crianças e puérperas afetadas, com repercussões no âmbito familiar e social dos doentes,

DECRETA:

Art. 1º Fica prorrogado por 180 (cento e oitenta) dias o prazo constante no art. 1º do Decreto nº 29.691, de 22 de junho de 2016.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos jurídicos pretéritos a 30 de dezembro de 2016.

Recife, 30 de dezembro de 2016.

GERALDO JULIO MELLO FILHO
Prefeito do Recife

RICARDO DO NASCIMENTO CORREIA DE CARVALHO
Secretário de Assuntos Jurídicos

SILENO SOUSA GUEDES
Secretario de Governo e Participação Social

JAILSON DE BARROS CORREIA
Secretário de Saúde

DECRETO Nº 30.161 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2016.

PRORROGA O BENEFÍCIO DE AUXÍLIO MORADIA CONCEDIDO A 06 (SEIS) FAMÍLIAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE TEMPORÁRIA, DECORRENTE DE OCORRÊNCIA DE ACIDENTES NATURAIS OU DE FORÇA MAIOR, QUE PROVOQUEM SITUAÇÕES EMERGENCIAIS, DE RISCO OU IMINÊNCIA DE DANO A PESSOAS E BENS DE TODA COLETIVIDADE DE QUE TRATA O DECRETO MUNICIPAL Nº 29.756, DE 13.07.2016.

O PREFEITO DO RECIFE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, inciso IV, da Lei Orgânica do Município do Recife, com fundamento no art. 22 da Lei Federal 8.742/1993, no art. 3º, I da Lei Municipal nº 15.893/94, e, no Decreto 27.286, de 16 de agosto de 2013, e,

CONSIDERANDO, ainda, a ocorrência de deslizamentos inviabilizando a permanência dos ocupantes nas referidas residências;

CONSIDERANDO que o processo encaminhado para a concessão do benefício eventual Auxílio Moradia contém relatórios técnicos de engenharia e social que evidenciam a situação de risco muito alto (R-04) recomendando a retirada dos ocupantes dos imóveis em risco;

CONSIDERANDO a situação de vulnerabilidade social vivenciada pelas famílias, o que demonstra não ter condições de alugar outro imóvel para morar;

CONSIDERANDO o grau de risco muito alto instalado no local, podendo vir a acarretar eventos destrutivos e óbitos, em razão de novos escorregamentos;

CONSIDERANDO a necessidade de fornecimento de uma ajuda mínima, paralelamente ao compromisso da Administração Municipal em garantir uma solução habitacional definitiva para as famílias;

CONSIDERANDO o Decreto nº. 18.810, de 30 de março de 2001, que autoriza a concessão do benefício eventual às famílias em situação de vulnerabilidade temporária,

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizada a prorrogação do Benefício Eventual - Auxílio Moradia no período de 06 (seis) meses, para 06 (seis) famílias, que tiveram de ser retiradas de suas residências por morarem em localidades com alto risco de desabamento, cadastradas pela Secretaria Executiva de Defesa Civil/SEDEC, constantes no Anexo Único a este Decreto Municipal.

Art. 2º O valor do benefício previsto no artigo anterior será de R\$ 200,00 (duzentos reais), por mês, a ser pago à (ao) chefe das famílias cadastradas, durante o período de 06 meses, prorrogáveis por igual período.

Parágrafo único. O benefício de que trata este Decreto será concedido, preferencialmente, às mulheres, nos casos em que, na unidade familiar, coabitem o casal.

Art. 3º O pagamento do referido benefício será encerrado na medida em que as famílias beneficiadas sejam atendidas em programa habitacional do Município ou quando da ocorrência de outros critérios identificados pelos órgãos competentes, após a transferência orçamentária de recursos a cargo da Secretaria Executiva de Defesa Civil.

Art. 4º A Secretaria Executiva de Defesa Civil/SEDEC ficará responsável pela fiscalização no cumprimento dos requisitos previstos neste Decreto, devendo excluir os beneficiários que não preencham as exigências impostas.

Art. 5º Fica proibida a construção, pelas famílias beneficiárias, de novas moradias nas áreas onde houve o sinistro, evitando, assim, a ocorrência de outras situações de risco.

Art. 6º São incompatíveis a percepção do Benefício Eventual - Auxílio Moradia, com o recebimento de qualquer outro benefício eventual ou assistencial para a mesma finalidade, em favor das famílias indicadas no presente Decreto.

Art. 7º As despesas decorrentes deste Decreto ocorrerão por conta da Dotação Orçamentária nº 20.01.15.451.1.303.2.211 - Elemento de Despesa: 3.3.90.48.

Art. 8º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos jurídicos pretéritos a 17 de julho de 2016.

Recife, 30 de dezembro de 2016.

GERALDO JULIO DE MELLO FILHO
Prefeito do Recife

RICARDO DO NASCIMENTO CORREIA DE CARVALHO
Secretário de Assuntos Jurídicos

SILENO SOUSA GUEDES
Secretário de Governo e Participação Social

ROBERTO DUARTE GUSMÃO
Secretário de Infraestrutura e Serviços Urbanos

CARLOS FERNANDO FERREIRA DA SILVA FILHO
Secretário de Habitação

ANEXO ÚNICO DO DECRETO DE Nº 30.161 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2016.

RELAÇÃO DAS FAMÍLIAS QUE CONTINUARÃO RECEBENDO O AUXÍLIO MORADIA:

1. JOSÉ BARRETO FILHO

CPF: 682.749.394-68
RG: 2.955.260 SDS/PE
ENDEREÇO: Rua 2ª Travessa João Carneiro da Cunha, nº. 608, Jardim Teresópolis - Várzea - Recife/PE.

2. MARCONE ALVES DOS SANTOS

CPF: 089.679.364-86
RG: 8.025.291 SDS/PE
ENDEREÇO: Rua Pau Santo, nº. 18, Rosa Selvagem - Várzea - Recife/PE.

3. ZULMIRA GOMES DE ALMEIDA

CPF: 088.714.094-77
RG: 8.031.658 SDS/PE
ENDEREÇO: Travessa Engenho Canavieira, nº. 330, UR3 (Ibura) - Recife/PE.

4.SUZANA PEREIRA DA SILVA LIMA

CPF: 064.885.144-31
RG: 7.479.578 SDS/PE
ENDEREÇO: Travessa Engenho Canavieira, nº. 320, UR3 (Ibura) - Recife/PE.

5.JOSILEIDE PEREIRA DA SILVA

CPF: 950.244.504-00
RG: 4.883.958 SDS/PE
ENDEREÇO: Travessa Engenho Canavieira, nº. 220, UR3 (Ibura) - Recife/PE.

6.MARILUCE FIRMINO DAS MERCÊS

CPF: 044.891.564-21
RG: 6.136.594 SSP/PE
ENDEREÇO: Rua Cantor Nilton César, nº. 120, Vila dos Milagres (Ibura) - Recife/PE.

DECRETO Nº 30.162 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2016.

PRORROGA O BENEFÍCIO DE AUXÍLIO MORADIA CONCEDIDO AS 06 (SEIS) FAMÍLIAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE TEMPORÁRIA, DECORRENTE DE OCORRÊNCIA DE ACIDENTES NATURAIS OU DE FORÇA MAIOR, QUE PROVOQUEM SITUAÇÕES EMERGENCIAIS, DE RISCO OU IMINÊNCIA DE DANO A PESSOAS E BENS DE TODA COLETIVIDADE DE QUE TRATA O DECRETO MUNICIPAL Nº 29.730, DE 08.07.2016.

O PREFEITO DO RECIFE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, inciso IV, da Lei Orgânica do Município do Recife, com fundamento no art. 22 da Lei Federal 8.742/1993, no art. 3º, I da Lei Municipal nº 15.893/94, e, no Decreto 27.286, de 16 de agosto de 2013, e,

CONSIDERANDO, ainda, a ocorrência de deslizamentos inviabilizando a permanência dos ocupantes nas referidas residências;

CONSIDERANDO que o processo encaminhado para a concessão do benefício eventual Auxílio Moradia contém relatórios técnicos de engenharia e social que evidenciam a situação de risco muito alto (R-04) recomendando a retirada dos ocupantes dos imóveis em risco;

CONSIDERANDO a situação de vulnerabilidade social vivenciada pelas famílias o que demonstra não ter condições de alugar outro imóvel para morar;

CONSIDERANDO o grau de risco muito alto instalado no local, podendo vir a acarretar eventos destrutivos e óbitos, em razão de novos escorregamentos;

CONSIDERANDO a necessidade de fornecimento de uma ajuda mínima, paralelamente ao compromisso da Administração Municipal em garantir uma solução habitacional definitiva para as famílias;

CONSIDERANDO o Decreto nº. 18.810, de 30 de março de 2001, que autoriza a concessão do benefício eventual às famílias em situação de vulnerabilidade temporária,

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizada a prorrogação do Benefício Eventual - Auxílio Moradia, no período de 06 (seis) meses, para 06 (seis) famílias, que tiveram de ser retiradas de suas residências por morarem em localidades com alto risco de desabamento, cadastradas pela Secretaria Executiva de Defesa Civil/SEDEC, constantes no Anexo Único a este Decreto Municipal.

Art. 2º O valor do benefício previsto no artigo anterior será de R\$ 200,00 (duzentos reais), por mês, a ser pago à (ao) chefe das famílias cadastradas, durante o período de 06 meses, prorrogáveis por igual período.

Parágrafo único. O benefício de que trata este Decreto será concedido, preferencialmente, às mulheres, nos casos em que, na unidade familiar, coabitem o casal.

Art. 3º O pagamento do referido benefício será encerrado na medida em que as famílias beneficiadas sejam atendidas em programa habitacional do Município ou quando da ocorrência de outros critérios identificados pelos órgãos competentes, após a transferência orçamentária de recursos a cargo da Secretaria Executiva de Defesa Civil.

Art. 4º A Secretaria Executiva de Defesa Civil/SEDEC ficará responsável pela fiscalização no cumprimento dos requisitos previstos neste Decreto, devendo excluir os beneficiários que não preencham as exigências impostas.

Art. 5º Fica proibida a construção, pelas famílias beneficiárias, de novas moradias nas áreas onde houve o sinistro, evitando, assim, a ocorrência de outras situações de risco.

Art. 6º São incompatíveis a percepção do Benefício Eventual - Auxílio Moradia, com o recebimento de qualquer outro benefício eventual ou assistencial para a mesma finalidade, em favor das famílias indicadas no presente Decreto.

Art. 7º As despesas decorrentes deste Decreto ocorrerão por conta da Dotação Orçamentária nº 20.01.15.451.1.303.2.211 - Elemento de Despesa: 3.3.90.48.

Art. 8º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos jurídicos pretéritos a 16 de novembro de 2016.

Recife, 30 de dezembro de 2016.

GERALDO JULIO DE MELLO FILHO
Prefeito do Recife

RICARDO DO NASCIMENTO CORREIA DE CARVALHO
Secretário de Assuntos Jurídicos

SILENO SOUSA GUEDES
Secretário de Governo e Participação Social

ROBERTO DUARTE DE GUSMÃO
Secretário de Infraestrutura e Serviços Urbanos

CARLOS FERNANDO FERREIRA DA SILVA FILHO
Secretário de Habitação